

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
EXÉRCITO
ARMAS E SERVIÇOS**

2015/2016



TIG

**O MOVIMENTO E MANOBRA NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO
DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA
OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA
NACIONAL REPUBLICANA**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**O MOVIMENTO E MANOBRA NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO
DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)**

CAP TM PEDRO MANUEL MONTEIRO FERNANDES (COORDENADOR)

CAP INF LUÍS MIGUEL RODRIGUES GOMES

CAP ART CARLOS EMANUEL SARAIVA LAWRENCE

CAP CAV ANDRÉ DE FRAZÃO RODRIGUES MATEUS FERREIRA

CAP INF JOÃO CARLOS FONSECA TOMÁS

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS Ex A/S 2015/2016

Lisboa, 2016



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**O MOVIMENTO E MANOBRAS NA CAMPANHA MILITAR DO TEATRO
DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)**

CAP TM PEDRO MANUEL MONTEIRO FERNANDES (COORDENADOR)

CAP INF LUÍS MIGUEL RODRIGUES GOMES

CAP ART CARLOS EMANUEL SARAIVA LAWRENCE

CAP CAV ANDRÉ DE FRAZÃO RODRIGUES MATEUS FERREIRA

CAP INF JOÃO CARLOS FONSECA TOMÁS

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS Ex A/S 2014/2015

Orientador:

MAJ INF ESTRELA BASTOS

Lisboa, 2016



Declaração de compromisso Anti-plágio

Pedro Manuel Monteiro Fernandes,

Luís Miguel Rodrigues Gomes,

Carlos Emanuel Saraiva Lawrence,

André de Frazão Rodrigues Mateus Ferreira,

João Carlos Fonseca Tomás,

declaram por sua honra que o documento intitulado “O Movimento e Manobra na Campanha Militar do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)” corresponde ao resultado da investigação desenvolvida enquanto discentes do Curso de Promoção a Oficial Superior de 2015/2016 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Lisboa, 08 de julho de 2016

Pedro M. M. Fernandes

Luís M. R. Gomes

Carlos E.S. Lawrence

André F. R. M. Ferreira

João C. F. Tomás



Agradecimentos

Findo o presente trabalho de investigação gostaríamos de manifestar o nosso apreço ao Major de Infantaria Estrela Bastos pela orientação do trabalho e pelas sugestões apresentadas que foram um contributo importante para a realização do mesmo.

À Biblioteca do Exército e à Biblioteca do Instituto Universitário Militar pela disponibilidade, apoio na revisão bibliográfica e pela disponibilização do material bibliográfico necessário. Também ao Arquivo Histórico Militar pelo aconselhamento na pesquisa e cedência de material essencial neste trabalho de investigação.

Por fim àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

A todos o nosso sincero agradecimento.



Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento e Concetualização Geral.....	4
1.1. Estado da arte.....	4
1.2. A Função de Combate Movimento e Manobra.....	5
1.3. Modelo de Análise.....	5
2. Caraterização das forças de manobra no Teatro de Operações.....	8
2.1. Tipos de força.....	8
2.2. Potencialidades e vulnerabilidades.....	10
3. Análise do dispositivo.....	11
3.1. Dispositivo no Terreno.....	12
3.2. Organização das forças de manobra para o combate.....	15
4. Análise do Movimento e Manobra.....	17
4.1. Análise doutrinária.....	17
4.2. Caracterização das tarefas do Movimento e Manobra.....	23
5. Operação “Nó Górdio” – Análise do Movimento e Manobra.....	25
5.1. Descrição geral da operação.....	25
5.2. Caracterização das tarefas do Movimento e Manobra.....	29
Conclusões.....	33
Bibliografia.....	35



Índice de Anexos

Anexo A – Composição e Articulação das Forças na Operação “Nó Górdio” Anx A-1

Índice de Figuras

Figura 1 - Modelo de análise	7
Figura 2 - Unidades e Subunidades no TO de Moçambique	10
Figura 3 – Entrada no Território de Moçambique dos movimentos subversivos.....	11
Figura 4 – Regiões Administrativas de Moçambique	13
Figura 5 - Dispositivo das forças portuguesas em Moçambique (1963-74).....	14
Figura 6 - Defesa de uma povoação	18
Figura 7 - Patrulhas de Vigilância	19
Figura 8 - Reação contra uma Emboscada a uma coluna de viaturas.....	19
Figura 9 - Batida em Linha.....	20
Figura 10 - Cerco e Batida em Linha	21
Figura 11 - Deslocamento para ocupação de um cerco e dispositivo de um cerco	21
Figura 12 - Golpe de Mão	22
Figura 13 - Emboscada num caminho	23
Figura 14 - Dispositivo Operacional de Moçambique referido a 06Jul70	26
Figura 15 - Forças empenhadas durante a Operação “Nó Górdio”	27
Figura 16 - Operação “Nó Górdio”	28
Figura 17 - Transparente de Operações da “Operação Nó Górdio”	29



Resumo

O presente trabalho de investigação apresenta como tema “O Movimento e Manobra na Campanha Militar do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)”, um assunto com reconhecido interesse para o Exército Português.

O objetivo principal visa analisar a função de combate Movimento e Manobra naquela campanha, através do estudo dos seus fundamentos, conceitos e tarefas que se incluem nessa função de combate. Para além da vertente doutrinária apresentada, são caracterizadas as forças empregues no conflito, bem como são destacadas as evidências da aplicação prática dos conceitos que envolvem a função de combate Movimento e Manobra.

Inicialmente começa-se por introduzir e caracterizar a função de combate Movimento e Manobra, passando depois a abordar-se a tipologia de forças de manobra empregues no conflito. Posteriormente analisa-se o dispositivo de forças no TO enquanto parte integrante da manobra enquadrado pela doutrina militar nas operações. Finalmente descreve-se a operação de grande envergadura executada em 1970 designada de “Nó Górdio”.

As conclusões permitem evidenciar que as diferentes tarefas da atual função de combate Movimento e Manobra são perfeitamente identificáveis nas ações desenvolvidas naquele TO.

Palavras-chave

Moçambique, Movimento e Manobra, Forças Militares, Operação “Nó Górdio”



Abstract

This research presents "The warfighting function Movement and Manoeuvre in Mozambique military campaign theatre of operations (1964-1975)", a theme with a recognized interest for the Portuguese Army.

The main objective is to analyze the warfighting function Movement and Manoeuvre in Mozambique military campaign through the study of the fundamentals, concepts and tasks that are included in this warfighting function. In addition to the doctrinal aspects presented, the employed forces in the conflict are characterized, as well as evidence of the practical application of concepts involving the warfighting function Movement and Manoeuvre are highlighted.

Initially we begin to introduce and characterize the warfighting function Movement and Manoeuvre, and then we discuss types of manoeuvre forces employed in the conflict. Later, we analyze the location and activities of manoeuvre forces in the theatre. Finally, we describe the major operation performed in 1970, called the "Nó Górdio".

The conclusions evidence that the different tasks of the actually warfighting function Movement and Manoeuvre are clearly identifiable in the actions developed in the Mozambique military campaign.

Keywords

Mozambique, Movement and Manoeuvre, Military Forces, "Nó Górdio" Operation.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

Agr	Agrupamento
ADRP	<i>Army Doctrine Reference Publication</i> (Doutrina do Exército dos EUA)

B

BCaç	Batalhão de Caçadores
------	-----------------------

C

Cap	Capitão
CCaç	Companhia de Caçadores
CCmds	Companhia de Comandos
CCS	Companhia de Comando e serviços
CECA	Comissão para o Estudo das Campanhas de África
CEME	Chefe de Estado-Maior do Exército
CEng	Companhia de Engenharia
COFI	Comando Operacional das Forças de Intervenção
CPOS Ex A/S	Curso de Promoção a Oficial Superior do Exército Armas e Serviços

E

EME	Estado-Maior do Exército
Ex	Exército

G

GE	Grupos Especiais
GComb	Grupo de Combate

F

FFAA	Forças Armadas
FRELIMO	Frente de Libertação Moçambique

I

IUM	Instituto Universitário Militar
-----	---------------------------------

P

PD	Pergunta Derivada
PDE	Publicação Doutrinária do Exército

T

TCor	Tenente-Coronel
TIG	Trabalho de Investigação de Grupo
TO	Teatro de Operações



Introdução

No âmbito dos Trabalhos de Investigação de Grupo (TIG) a serem desenvolvidos durante o Curso de Promoção a Oficial Superior – Exército a decorrer no Instituto Universitário Militar (IUM), foi identificado um conjunto de temas para investigação que procuravam caracterizar o conflito no Teatro de Operações (TO) de Moçambique, que ocorreu entre 1964 e 1975. Com o objetivo de obter uma visão global do conflito no TO de Moçambique, pretendeu-se direcionar a análise a desenvolver para vários níveis, do estratégico ao tático, culminando com a descrição dos principais elementos relativos a cada uma das funções de combate. No âmbito da função de combate Movimento e Manobra, objeto do presente trabalho, é importante proceder à sua caracterização em função da realidade vivida à época, principalmente no que diz respeito às forças de combate da componente terrestre. Assim, tendo por base a doutrina atual que define a organização das operações segundo funções de combate, e no âmbito do Movimento e Manobra, pretendeu-se investigar a existência de uma associação entre as tarefas que fazem parte desta função de combate e as ações levadas a cabo naquela campanha militar. Deste modo, identifica-se o objeto de estudo deste trabalho com a forma de atuação no âmbito do Movimento e Manobra (o quê?), das Forças Terrestres das Forças Armadas (FFAA) Portuguesas (quem?) no TO de Moçambique (onde?) no período entre 1964 e 1975 (quando?).

Como forma de contextualizar o tema, importa perceber que a campanha militar no TO de Moçambique foi um conflito armado entre as forças da guerrilha “Frente de Libertação de Moçambique” (FRELIMO) e as FFAA de Portugal que faz parte integrante da designada “Guerra do Ultramar”. Oficialmente o conflito deflagrou no segundo semestre de 1964, cerca de três anos depois do início do mesmo em Angola e dois anos depois da Guiné (EME/CECA, 1989, p. 65). Do conjunto de operações desenvolvidas entre 1964 e 1975 destaca-se a operação “Nó Górdio”, executada em 26 de junho de 1970, que envolveu cerca de oito mil tropas portuguesas com o fim de eliminar bases e linhas de abastecimento dos guerrilheiros da FRELIMO, a qual será analisada neste trabalho.

Importa também frisar que para as FFAA Portuguesas o conflito de Moçambique foi uma Guerra Subversiva, sendo que a doutrina militar portuguesa de contraguerrilha começou a ser desenhada ligeiramente antes do início da guerra em Angola, em 1961 (Afonso & Gomes, 2000). Assim, como doutrina da época, destaca-se o “Guia para o emprego tático das pequenas unidades na contra guerrilha”, bem como o conjunto de obras de “O Exército na Guerra Subversiva” editadas pelo Estado-Maior do Exército (EME), onde são elencados uma série de conceitos doutrinários, nomeadamente nas operações



contra bandos armados e guerrilhas. Como doutrina atual, destacam-se a *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-01: Tática das Operações de Combate – Volume I*, de fevereiro de 2015 e a *Publicação Doutrinária do Exército 3-00: Operações*, de abril de 2012. Sabendo-se que neste prisma ocorreu uma natural evolução, analisou-se o conceito doutrinário da função de combate Movimento e Manobra à luz dos conceitos atuais, verificando qual a correspondência dos elementos que se pretendiam analisar, na doutrina da época.

O objeto de estudo foi abordado através da consulta de documentos e estudos históricos, sendo que dessa consulta, resultou a recolha de informação necessária para se poder efetuar posteriormente a sua análise. Em termos de delimitação do estudo, este está limitado ao período entre 1964 e 1975 e confiado especificamente às Forças Terrestres das FFAA Portuguesas no TO de Moçambique. A análise mais específica com a consulta de fontes primárias está também limitada à própria operação “Nó Górdio” que foi estudada.

Assim, os objetivos específicos a atingir com o presente trabalho são os seguintes:

- 1 - Descrever as forças de manobra empregues no conflito;
- 2 - Caracterizar os fundamentos de emprego das forças de manobra;
- 3 - Analisar o dispositivo de forças no TO enquanto parte integrante da manobra e avaliar a evolução da doutrina militar nas operações;
- 4 - Descrever operações de grande envergadura executadas.

Para prosseguir esses objetivos, formulou-se a seguinte pergunta de partida:

“De que forma se aplicava o conceito subjacente à atual função de combate Movimento e Manobra no Teatro de Operações de Moçambique no período de 1964 a 1975?”

Como perguntas derivadas (PD) identificaram-se as seguintes:

- PD 1 – Quais os tipos de forças de manobra presentes TO e qual a sua composição?
- PD 2 – Como estava organizado o dispositivo de forças no TO e onde foi exercido o esforço de atuação no terreno?
- PD 3 – Quais as ações desenvolvidas pelas forças de manobra no TO enquadráveis na Função de Combate Movimento e Manobra?
- PD 4 – Como se caracterizou o Movimento e Manobra na operação “Nó Górdio”?

Assim, o trabalho foi realizado com base no cruzamento da informação disponível sobre a campanha, com os conceitos doutrinários aplicáveis à data, de modo a extrair as devidas análises e conclusões. Após a formulação da pergunta de partida foi necessário, em seguida, atingir uma certa qualidade de informação acerca do objeto estudado e encontrar



as melhores formas de o abordar (Quivy & Campenhoudt, 2005). Com efeito, foi usado o método dedutivo, ou seja, a investigação efetua observações para que, no final de um processo, se possa elaborar as conclusões, tendo o estudo incidido na pesquisa em artigos, nomeadamente informação diversa disponível na internet, arquivos e documentos oficiais das FFAA Portuguesas, bem como de bibliografia publicada oficialmente por historiadores do tema.

O trabalho encontra-se organizado e estruturado com uma introdução, seguida de cinco capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo é apresentada uma breve revisão do estado da arte e caracterizada a função de combate Movimento e Manobra com vista à definição do modelo de análise a adotar na investigação. No segundo capítulo, são apresentadas as forças de manobra presentes TO e qual a sua composição. Seguidamente descreve-se de que forma e onde essas forças de manobra atuaram. No quarto capítulo analisam-se conceitos doutrinários da época tentando aplicar o modelo de análise às ações desenvolvidas no TO, e posteriormente analisa-se o caso concreto da operação “Nó Górdio” no capítulo seguinte. O estudo termina com a apresentação das conclusões e a proposta do caminho futuro a seguir acerca da temática.



1. Enquadramento e Concetualização Geral

“O que sabemos é uma gota, o que não sabemos é um oceano”

Isaac Newton

Neste primeiro capítulo, começa-se por fazer uma breve visita ao estado da arte do tema em estudo, apresentam-se alguns conceitos essenciais, como a sua base doutrinária e analisam-se algumas questões relevantes para a investigação que orientam a definição das dimensões e indicadores de análise a seguir no desenvolvimento trabalho.

1.1. Estado da arte

O TO africano, contrariamente ao espectro da ameaça continental até então dominante, assume uma forma não convencional: a guerra de guerrilha. Será este o quadro dos conflitos da descolonização: o de uma guerra não convencional, uma guerra de guerrilha (Barata & Teixeira, 2004).

À semelhança do que aconteceu nas diversas campanhas militares, também nas campanhas de Moçambique, o conhecimento aprofundado do ambiente operacional¹ surge como um elemento fundamental para a rentabilização de todo o potencial de combate. Da revisão da literatura constata-se, em virtude do conceito das funções de combate ser relativamente recente, não parece ter sido tratado de uma forma concreta para o caso do TO de Moçambique. No entanto, em (Borges, et al., 2015) é analisada a função de combate Movimento e Manobra no TO de Angola, sendo que as suas conclusões permitem evidenciar que os aspetos dessa função de combate foram tidos em conta ao longo da campanha, levando a adaptações da tipologia de forças, das tarefas a executar e do próprio dispositivo, com vista a alcançar os objetivos pretendidos de forma mais eficaz. Deste modo, embora a campanha em Moçambique seja naturalmente diferenciada, parece razoável levantar a hipótese de que o conceito atual desta função tenha sido em certa medida aplicado no decorrer da campanha no TO de Moçambique.

¹ Ambiente Operacional - é caracterizado por um conjunto de condições, circunstâncias e fatores influenciadores que afetam o emprego de forças militares e influenciam as decisões do comandante (Exército Português, 2012, pp. 1-1).



1.2. A Função de Combate Movimento e Manobra

O raciocínio baseado nas Funções de Combate possibilita decompor a solução de cada problema militar em uma série de tarefas a serem cumpridas (Borges de Aguiar, 2015). Numa operação, um comandante dispõe de um determinado potencial de combate, que não é mais do que, o somatório de todas as capacidades da força sobre o seu comando, aplicada num dado momento, sendo que, este potencial é materializado através da utilização e aplicação das Funções de Combate.

Segundo o descrito na *PDE 3-00 Operações* “uma função de combate é um grupo de tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informação e processos) unidos por uma finalidade comum que os comandantes aplicam para cumprir missões operacionais e de treino” e são “combinadas de forma a gerar potencial de combate para o decurso das operações sejam elas decisivas, de moldagem ou de sustentação”. As funções de combate ao dispor do comandante são então o comando-missão, movimento e manobra, informações, fogos, proteção e apoio de serviços. Como multiplicadores dessas funções surge a liderança e a informação.

Assim, define-se a função de combate Movimento e Manobra como sendo “composta pelas tarefas e sistemas que movimentam forças para alcançar uma posição de vantagem em relação ao inimigo” (Exército Português, 2012). Esta função, e segundo a mesma referência doutrinária, inclui como tarefas, a projeção de forças, a manobra, os movimentos táticos, o fogo direto, a ocupação de zonas de reunião, o mobilidade e contramobilidade e obscurecimento do campo de batalha através do emprego de fumos. Destas suas tarefas salientam-se a manobra, que “é o emprego de forças através da combinação do fogo e movimento para alcançar uma posição de vantagem em relação ao inimigo de forma a cumprir uma missão” e o movimento que “é necessário para dispersar e deslocar a força, como um todo ou parcialmente, enquanto decorre a manobra”.

1.3. Modelo de Análise

Para fazer um cuidado enquadramento e concetualização geral do estudo o investigador deve proceder-se a uma revisão crítica da bibliografia (IESM, 2016), onde os conceitos ocupam um lugar de destaque por permitir estabelecer os alicerces do modelo de análise a construir. Concretamente, no domínio conceptual há que explicitar os conceitos em dimensões, variáveis e indicadores (IESM, 2016). Deste modo procedeu-se à construção de um modelo de análise que, de acordo com (Quivy & Campenhoudt, 2005)



citado por (IESM, 2016) constitui a charneira entre a problemática fixada e o trabalho de elucidação sobre o campo de análise restrito e preciso.

Definida que foi anteriormente a função de combate Movimento e Manobra, a opção inicial para construção dum modelo de análise recaiu pela divisão do objeto nas dimensões correspondentes às tarefas do Movimento e Manobra anteriormente enunciadas. Todavia, dada a natureza do trabalho, e pelos dados disponíveis na prévia revisão da literatura, optou-se por sintetizar e agrupar essas tarefas em apenas cinco dimensões, tendo sido definido para cada uma destas os respetivos indicadores conforme se apresenta na Figura 1. De notar que, a quinta dimensão definida – Pesquisa de Informação – embora não esteja concretamente definida na *PDE 3-00 Operações* é uma tarefa importante no âmbito do Movimento e Manobra e que faz parte do respetivo parágrafo de uma atual Ordem de Operações, razão pela qual foi também incluída no modelo de análise. Esta tarefa parece ir de encontro à tarefa de Reconhecimento e Vigilância enunciada no *ADRP 3-0 Unified Land Operations* (Exército dos EUA, 2012) e que ainda não está refletida na doutrina Nacional.

Relativamente ao levantamento de indicadores para cada uma das dimensões usou-se como referência base algumas das tarefas indicadas em (Borges de Aguiar, 2015, pp. 24-26) adaptando à tipologia das mesmas e usando-se da experiência dos autores nesta matéria.

Conceito	Dimensões	Indicadores
Função de Combate Movimento e Manobra	1 - Projeção de Forças e Ocupação de Zonas de Reunião	Projeção estratégica
		Projeção de forças para as zonas de operação
		Retração de meios
		Ocupação de uma zona de reunião
	2 - Manobra e Movimentos Táticos	Ocupação de uma base de assalto
		Condução de uma das cinco formas de manobra (Ataque frontal; Penetração; Envolvimento; Movimento torneante; Infiltração)



		Exploração do terreno para facilitar o movimento tático de tropas
		Realização de uma rendição em posição
		Execução de patrulhas de combate
		Realização de uma operação de junção
		Transposição de áreas perigosas
		Condução de escoltas
		Condução de uma marcha para o contacto
		Operação de uma de zona de aterragem/lançamento (ZA/ZL)
	3 - Fogo Direto e Obscurecimento do campo de batalha através do emprego de fumos	Execução de fogos diretos letais
		Execução de fogos não letais
		Utilização de fumos de ocultação
	4 - Mobilidade e Contramobilidade	Emprego de unidades de Engenharia
		Transposição de obstáculos e áreas minadas
	5 - Pesquisa de Informação	Emprego de unidades de reconhecimento
		Execução de tarefas de vigilância

Figura 1 - Modelo de análise

Fonte: Autores

Assim, a estratégia do desenho de pesquisa adotada seguiu uma metodologia de investigação qualitativa, tomando-se numa primeira fase um desenho longitudinal para tentar perceber se houve alterações no decorrer da campanha entre 1964 e 1975 passando no último capítulo do trabalho a um caso estudo a fim de descrever a unidade de observação, sendo para isso escolhida a operação de grande envergadura ocorrida em 1970. Deste modo, este estudo assenta numa natureza essencialmente empírica e descritiva.



2. Caracterização das forças de manobra no Teatro de Operações

“Tudo na guerra é simples, mas a mais simples das coisas é difícil”

Carl von Clausewitz

2.1. Tipos de força

Em 1958 o Estado Português, e em particular o Exército, sentiu a necessidade de tomar providências urgentes no que respeita à organização, recrutamento e instrução das forças terrestres ultramarinas, bem como à constituição e armamento das suas unidades e formações (Diário do Governo, 1958). Porém, no início de 1961, o dispositivo implementado ainda era bastante reduzido e pouco adaptado ao tipo de operações que se viriam a desenvolver. As alterações que se irão verificar corresponderam, de uma forma geral, ao desenvolvimento e localização das ações subversivas da guerrilha moçambicana, originando conseqüentemente o reordenamento das estruturas de comando e das forças no terreno.

O Exército enfrentava uma nova tipologia de adversário, um adversário que se movia, escondia e executava ações no seio da população. Desta forma, alterou-se o paradigma de uma luta entre exércitos tal qual era esperado de uma guerra convencional. Estas forças subversivas tinham como objetivo principal a conquista da população ao invés da tradicional conquista do terreno (Afonso & Gomes, 1998).

Com a alteração à Lei da Organização Militar Ultramarina (Lei nº 2060 de 1953), “as unidades militares deverão dispor de efetivos e quadros suficientes para atuarem no sentido de garantir a segurança dos pontos vitais do território e poderem passar ao pé de guerra no mais curto prazo” (Diário do Governo, 1958). Assim, a disposição territorial do Exército na província ultramarina de Moçambique estava organizada em três Comandos Territoriais e um Quartel-General localizado na Capital Lourenço Marques, que tinha por inerência a preparação e execução do recrutamento e mobilização (Afonso & Gomes, 1998).

Os Comandos Territoriais estavam localizados na Beira, Nampula e em Lourenço Marques. Na região Norte e Centro estavam implementados sete Batalhões, a Noroeste em Vila Cabral e Tete, a Nordeste em Porto Amélia e Nampula. Ao centro em Mocuba, Vila Pery e Beira. Esta disposição permitiu fazer face à situação inicial do conflito, uma vez que as zonas iniciais de operações foram os distritos de Niassa e de Cabo Delgado (Gomes, 2010, p. 148).



Os Batalhões de Caçadores (BCaç), comparados com os batalhões de infantaria convencionais, apresentavam uma estrutura orgânica mais aligeirada, nomeadamente em armamento e efetivos. Em vez das cinco companhias: uma Companhia de Comando e Serviços (CCS), três companhias de atiradores e uma de apoio de combate, um BCaç dispunha apenas de quatro: uma CCS e três Companhias de Caçadores (CCaç). Verificava-se assim, a supressão da Companhia de Apoio de Combate (companhia de armas pesadas, equipada com metralhadoras, morteiros e armas anticarro).

As missões atribuídas a estas unidades, não só de caçadores como às de artilharia e cavalaria, atuavam todas elas como infantaria. A infantaria constituía a base dos batalhões, pois era esta arma que mais efetivos exigia. Contudo foram formadas companhias de artilharia e cavalaria enquadradas pelos batalhões de infantaria. Estas adaptaram-se à forma de atuação da infantaria, em virtude do tipo de guerra assim o exigir. Estas subunidades cumpriam essencialmente as chamadas “missões de quadrícula²”, situação que implicava a responsabilidade direta por uma zona de ação, perfeitamente delimitada, e a ocupação permanente de aquartelamentos fixos (Associação 25 de Abril, s.d.).

Ao longo dos dez anos em que durou o conflito em Moçambique, de 1964 a 1974, face ao incremento de atividades terroristas ou revolucionárias³ e dando cumprimento ao Decreto-Lei que altera a Lei da Organização Militar Ultramarina, reforçou-se militarmente para além das tropas de quadrícula, passou a contar-se com unidades metropolitanas de reforço à guarnição normal. De uma forma geral, o efetivo das unidades e subunidades de manobra presente neste TO aumentaram para o triplo daquele que existia em 1961 (ver Figura 2).

² “execução de operações de curta duração, levadas a cabo por unidades de escalão pelotão (grupo de combate) ou companhia, para manter a iniciativa (negando-a à subversão), recolher informações e garantir não só o contacto, o controlo e a segurança das populações levando-as a deixar de apoiar a subversão, como também cativar elementos afetos àquela, com o objetivo de os recrutar e os empenhar posteriormente contra a mesma” (Antunes, et al., 2002).

³ No TO de Moçambique, a subversão violenta deflagrou no segundo semestre de 1964, cerca de três anos depois do início da mesma em Angola e dois anos depois da Guiné. Este facto bastou, por si só, para que na metrópole fossem emanadas instruções em tempo, através da Diretiva Nº 6, de 25 de Fevereiro de 1961, do CEMGFA para a Segurança e Defesa de Moçambique para fazer face a previsíveis incursões de fronteira e a sublevações internas (EME/CECA, 1988, p. 65).

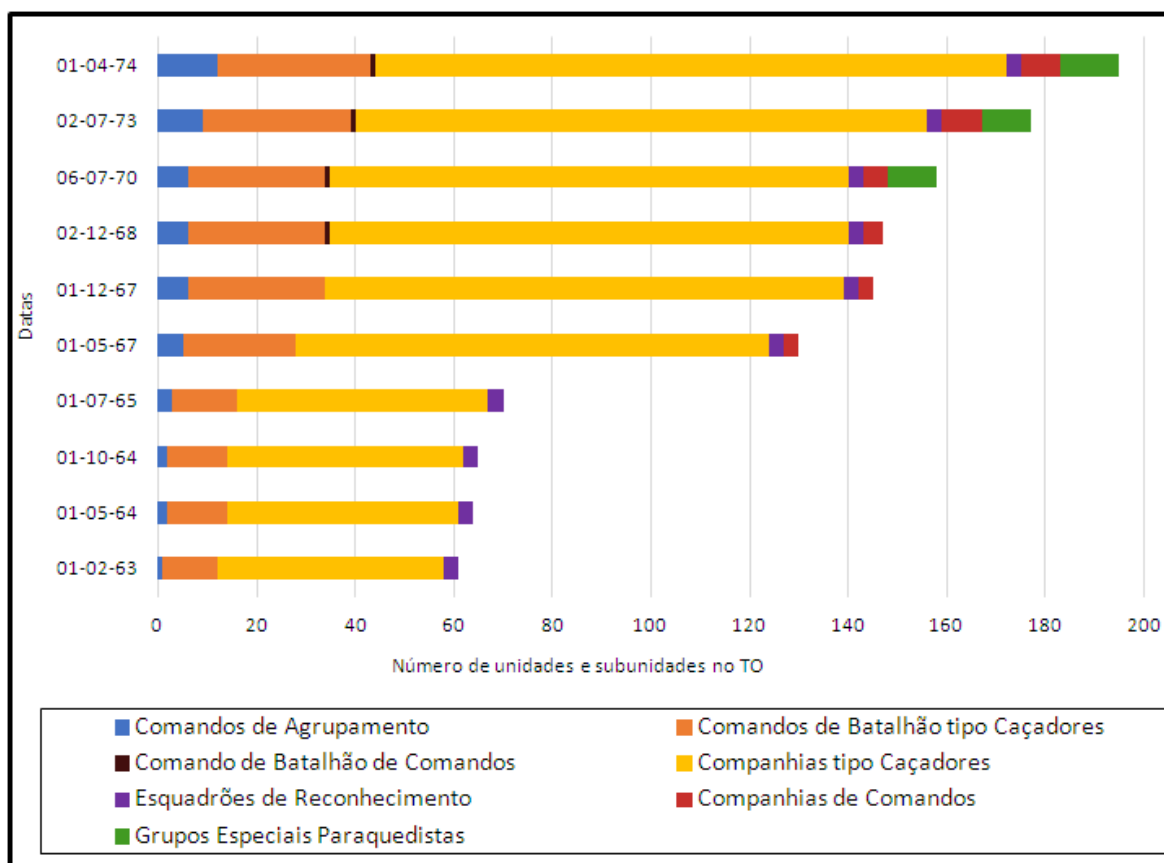


Figura 2 - Unidades e Subunidades no TO de Moçambique

Fonte: Autores com dados de (EME/CECA, 1988)

2.2. Potencialidades e vulnerabilidades

Verificou-se uma resposta do Exército ao escalar da violência que existia em determinadas regiões de Moçambique. Esta resposta trouxe potencial e capacidade para fazer face às ações subversivas da guerrilha moçambicana através do reordenamento das estruturas de comando e das forças no terreno. Em concreto, no TO de Moçambique, esta alteração permitiu fazer face às características de uma guerra subversiva.

Para além da referida reorganização, também a articulação das forças diferia da habitual estrutura, maior capacidade de manobra aos comandantes de companhia nas suas missões de quadrícula. Desta articulação obtinha-se a constituição de quatro pelotões com o mesmo potencial de combate, ao invés daquilo que era habitual com três pelotões de atiradores e um de apoio de combate.

Constituíam-se como uma grande limitação no Movimento e Manobra o facto de não ser possível, muitas das vezes, efetuar a continuação dos combates através da perseguição dos elementos subversivos, uma vez que estes refugiavam-se em territórios estrangeiros.



3. Análise do dispositivo

“A soberania não é dada, é conquistada”

Mustafa Kemal Atatürk

A prioridade imposta na atribuição de meios aos conflitos em Angola e na Guiné prejudicou a implantação de um dispositivo em Moçambique que numa primeira fase garantisse proteção e segurança às populações brancas e negras leais, centros básicos, integridade do território e simultaneamente a criação de um dispositivo de intervenção destinado a reforçar, se e quando necessário, o dispositivo de proteção, eliminar atos de terrorismo ou de invasão e limpar as regiões infestadas ou simplesmente suspeitas (EME/CECA, 1989).



Figura 3 – Entrada no Território de Moçambique dos movimentos subversivos

Fonte: (Afonso & Gomes, 2001)

Face a esta situação, o Comando da Região Militar viu-se na inevitabilidade de deslocar para norte, onde se concentrou o esforço inicial da subversão, unidades retiradas de todo o território, com o conseqüente enfraquecimento das zonas ainda não atingidas (EME/CECA, 1989). Nesta primeira fase do conflito, que compreendeu os anos de 1964 e 1965, os distritos mais atingidos foram a norte do distrito de Cabo Delgado, quase exclusivamente à área habitada pela etnia maconde e a noroeste do distrito de Niassa, área



habitada pela etnia nianja, alastrando posteriormente para sul e leste, passando dos nianjas aos ajauas. Até outubro de 1964 não houve praticamente reforços em meios operacionais, embora as ações de guerrilha já tivessem iniciado. Exceção feita ao norte do território, mais concretamente o distrito de Cabo Delgado, Moçambique e Niassa, para onde foram deslocadas unidades que estavam sediadas mais a sul, traduzindo a preocupação com a situação no norte do território (EME/CECA, 1989).

3.1. Dispositivo no Terreno

A primeira fase da guerra em Moçambique, até ao final da década de sessenta é marcada pela contenção e não provoca preocupação excessiva às autoridades de Lisboa (Barata & Teixeira, 2004). A resposta das forças portuguesas a esta situação foi idêntica à que haviam experimentado em Angola e na Guiné: criação de uma malha de forças de quadrícula, que podia ser apertada à medida das necessidades, instalando batalhões e companhias em pontos-chave, e realização de ações de controlo de populações, de patrulhas para garantir a segurança das vias de comunicação e de operações ofensivas com o objetivo de destruir as bases dos grupos de guerrilheiros (Afonso & Gomes, 2001).

Uma vez estabilizada a situação, a manobra militar consistiu em reduzir as áreas afetadas naqueles dois distritos, a fim de impedir que as mesmas alastrassem aos mais populosos do território - Moçambique e Zambézia (Figura 4) - habitados pela etnia macua, que se mostrava fiel aos colonos. Para o efeito, procurou-se, prioritariamente, atrair as populações à causa Portuguesa e atuar contra os grupos de guerrilheiros, para os manter em insegurança, e, se possível, aniquilá-los. Isto exigia operações de pequena e, quando muito, de média envergadura⁴ (EME/CECA, 1989).

⁴ General António Augusto dos Santos, no seu depoimento pessoal em (EME/CECA, 1989)



Figura 4 – Regiões Administrativas de Moçambique
Fonte: (EME/CECA, 1989)

Entretanto, em 1967 a FRELIMO que até então não havia mostrado interesse no distrito de Tete, inverteu essa situação. No entanto, no período que se seguiu entre 1967 e 1970, face à situação aparentemente estacionária nos distritos de Cabo Delgado e Tete e bastante mais crítica em Niassa, foi transferido para este último o esforço da ação militar contra-subversiva. Em 1970, verificando-se o decréscimo progressivo no Niassa, o esforço da guerra deslocou-se para Cabo Delgado, onde o esforço contra-subversivo compreendeu uma série de ações que tiveram o seu auge na operação “Nó Górdio”, que será analisada no quinto capítulo deste trabalho. O dispositivo militar português articulava-se em quatro setores operacionais, com sedes em Vila Cabral, Marrupa, ambos no Niassa, em Porto Amélia, correspondendo a Cabo Delgado, e em Tete (Afonso & Gomes, 2001).

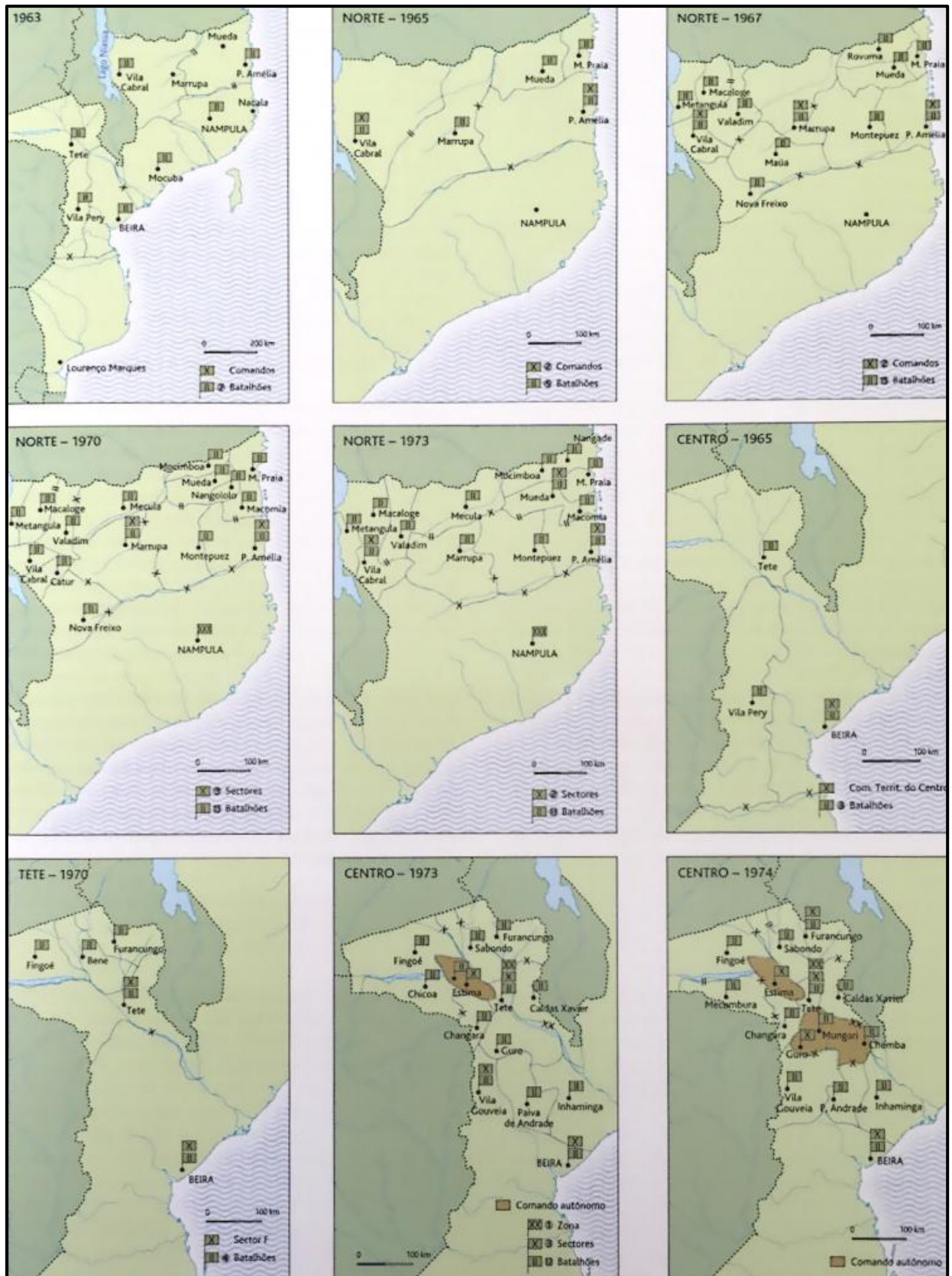


Figura 5 - Dispositivo das forças portuguesas em Moçambique (1963-74)

Fonte: (Barata & Teixeira, 2004)



Nos anos que se seguiram, até quase ao final da campanha, as ações da guerrilha foram muito reduzidas nos dois distritos do Norte (Niassa e Cabo Delgado), passando a FRELIMO a exercer o seu maior esforço no distrito de Tete, tentando opor-se à construção da barragem de Cabora-Bassa. Não o conseguindo, optou por infiltrações que ultrapassassem aquela e as suas defesas, a fim de progredir para sul e sudeste (Afonso & Gomes, 2001).

3.2. Organização das forças de manobra para o combate

A extensão do conflito no tempo e a sua descontinuidade no espaço obrigaram a instituição militar a uma adaptação no plano organizativo (Barata & Teixeira, 2004). Durante o período dos conflitos, não pode dizer-se que se registe uma reforma global do Exército. Porém, uma das mais importantes e com reflexo imediato na conduta da guerra seria a formação de tropas especialmente destinadas à guerra de guerrilha, com o emprego de tropas especiais, os comandos, os pára-quedistas e os fuzileiros que farão também a sua entrada no TO. Com o progressivo processo de africanização das FFAA portuguesas nascem, a partir de 1965, nos diferentes teatros de operações, diferentes unidades especiais compostas de tropas exclusivamente africanas: os Grupos Especiais (GE) e Grupos Especiais Pára-quedistas (GEP), os Comandos Africanos, as Milícias Especiais e os Flechas (Barata & Teixeira, 2004).

Apesar do batalhão ser a unidade de base do sistema de quadrícula referido no capítulo anterior, no que se refere à organização das forças militares, há que atender, em especial ao seguinte:

- O combate contra as forças da subversão terá de ser conduzido, a maior parte das vezes, por pequenas unidades (companhias e destacamentos), largamente distanciadas umas das outras, em consequência, essas unidades deverão ter uma organização que lhes permita viver, deslocar-se e combater com grande independência;
- Pela mesma razão, impõe-se uma descentralização do sistema logístico, e as unidades encarregadas de o garantir terão, portanto, de ser organizadas em conformidade;
- Uma grande mobilidade é indispensável às unidades, o que implica na sua organização, conforme os casos: adaptação ao transporte aéreo, em especial por helicópteros (EME, 1963).

“A CCaç, com cerca de 170 homens organizados em quatro grupos de combate, foi, do lado português, a unidade básica da guerra, e o capitão o seu elemento-chave. Era uma



unidade com capacidade para viver, deslocar-se e combater com grande independência” (Afonso & Gomes, 2001). A CCAç difere da companhia de atiradores normal, essencialmente, por um equipamento mais aligeirado e por uma tática de emprego cujo princípio fundamental é uma articulação para o combate muito mais flexível. Disposto de três pelotões de caçadores e de um pelotão de acompanhamento, além do comando, a companhia só será empenhada com esta articulação em operações de maior vulto contra forças rebeldes de efetivos apreciáveis que ofereçam uma resistência séria – operações que não são as mais vulgares neste tipo de guerra. O reforço de um dos seus pelotões de caçadores com elementos de outro não deve ser considerado como anormal. O pelotão de acompanhamento poderá ser distribuído, no todo ou em parte, pelos pelotões de caçadores; outras vezes, dando a estes algumas das suas armas coletivas e recebendo deles frações de atiradores, poderá constituir um quarto elemento com missão semelhante à dos referidos pelotões de caçadores; noutras situações, quando as suas armas coletivas não forem necessárias, poderá o seu pessoal desempenhar funções de atirador, na medida em que as armas individuais de que dispõe o permitirem (EME, 1963). Desta forma, o comandante da companhia, aproveitando os seus subalternos e mesmo alguns sargentos em cujas qualidades deposite maior confiança, articulará a sua unidade para o combate em três, quatro ou mais frações, todas semelhantes ou completamente diferentes umas das outras, em conformidade com o que a situação de momento e o tipo de operação a realizar aconselharem. A CCAç pode ser reforçada com elementos de morteiros e de canhões sem recuo, de Artilharia, de carros, de reconhecimento e de Engenharia, bem como com um pelotão de caçadores (ou fração) de outra companhia (EME, 1963).

Como se viu, o esforço de guerra no TO trouxe consigo importantes alterações à instituição militar, quer no plano do serviço militar e dos efetivos, quer no da organização interna da instituição, quer no do armamento e, naturalmente, na doutrina militar (Barata & Teixeira, 2004).



4. Análise do Movimento e Manobra

“A dificuldade da manobra tática consiste em transformar a dificuldade em vantagem e infortunou em ganho”

Sun Tzu, Arte da Guerra

Neste capítulo, pretendeu-se aplicar o modelo de análise definido em torno do conceito da função de combate Movimento e Manobra à campanha militar no TO de Moçambique, considerando as diferentes tipologias de ações desenvolvidas à época.

4.1. Análise doutrinária

Com vimos anteriormente, a campanha no TO de Moçambique insere-se nas denominadas guerras subversivas. De acordo com a definição doutrinária da época, guerra subversiva é uma “luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação” (EME, 1963).

Para fazer face à “luta subversiva” surgem as ações de contra subversão que assentam em dois aspetos fundamentais. O primeiro aspeto consiste em evitar a subversão, usando para o efeito os meios políticos e policiais disponíveis, cabendo às FFAA o apoio e coordenação necessários, e como segundo aspeto o de reprimir a subversão, recorrendo para o efeito ao potencial e ações passíveis de serem executas pelas FFAA.

Assim, no TO de Moçambique, fruto da experiência adquirida em outros teatros, foram utilizados movimentos e manobras táticas que assentavam no guia doutrinário de 1961 - *O Exército na Guerra Subversiva*, que foi revisto em 1963 e posteriormente com uma segunda edição em 1966. Neste guia, são abordados os modos como as forças destacadas se deveriam dispor para fazer face à guerra subversiva, nomeadamente no que diz respeito às operações de cariz defensivo e ofensivo.

Relativamente às operações defensivas, salientam-se as ações de defesa e segurança de pontos sensíveis e postos militares (segurança próxima e imediata), e proteção de itinerários (segurança em movimento). Nas ações de defesa e segurança de pontos sensíveis e postos militares, realça-se a defesa de povoações (Figura 6), onde as forças destacadas para esta missão além de terem como tarefa a detenção das ações ofensivas da



ameaça, tinha também como tarefa o isolamento dessa ameaça a fim de evitar o contato com a população (EME, 1963).

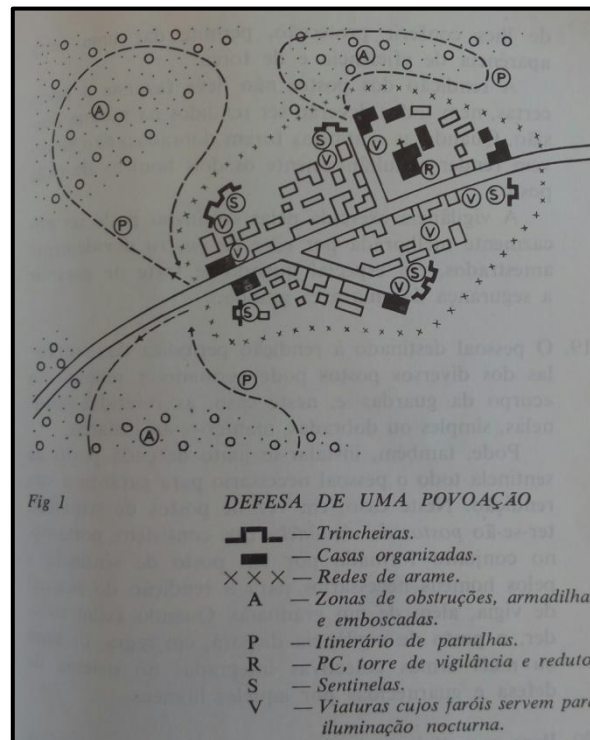


Figura 6 - Defesa de uma povoação

Fonte: (EME, 1963)

Neste caso, verifica-se a importância dos elementos em movimento conjugado com a manobra dos elementos fixos, conseguindo desta forma explorar o terreno, recolher informação periférica, eliminar zonas mortas e evitar a surpresa por parte da ameaça (emboscadas à posição). Ainda nas operações defensivas, nomeadamente no caso da proteção de itinerários, verifica-se que estes também se constituem como um complemento à segurança próxima, onde para além das ações de vigilância móvel, também eram desenvolvidas escoltas de colunas e proteção de caminhos-de-ferro. No caso das ações de vigilância móvel, destaca-se a forma como as viaturas eram preparadas, onde para além de possibilitar a observação em 360°, também possibilitavam um rápido desembarque. Nestas ações salienta-se ainda, a forma como as eram feitas as patrulhas de vigilância (Figura 7) onde se realçam os movimentos táticos das viaturas feitas com o intuito de evitar rotinas na vigilância (EME, 1963).

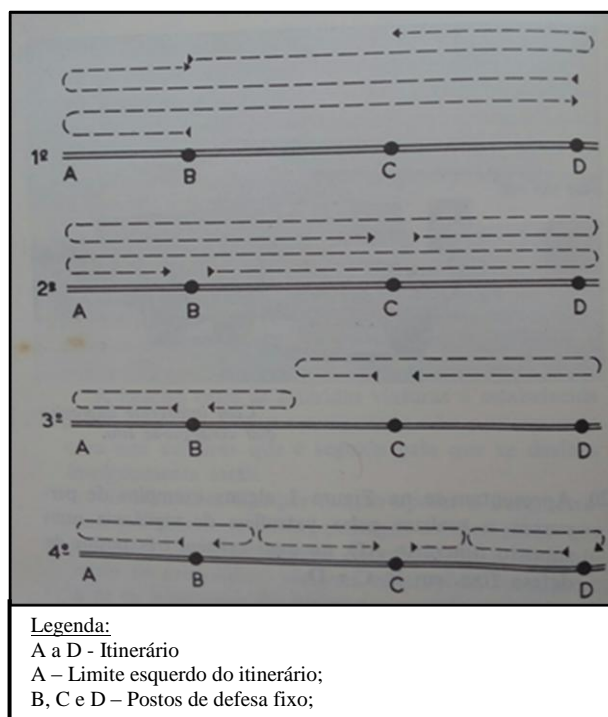


Figura 7 - Patrulhas de Vigilância

Fonte: (EME, 1963)

Por outro lado, salientam-se a forma como os militares e viaturas, se deveriam movimentar e manobrar, durante uma emboscada a uma coluna de viaturas (Figura 8).

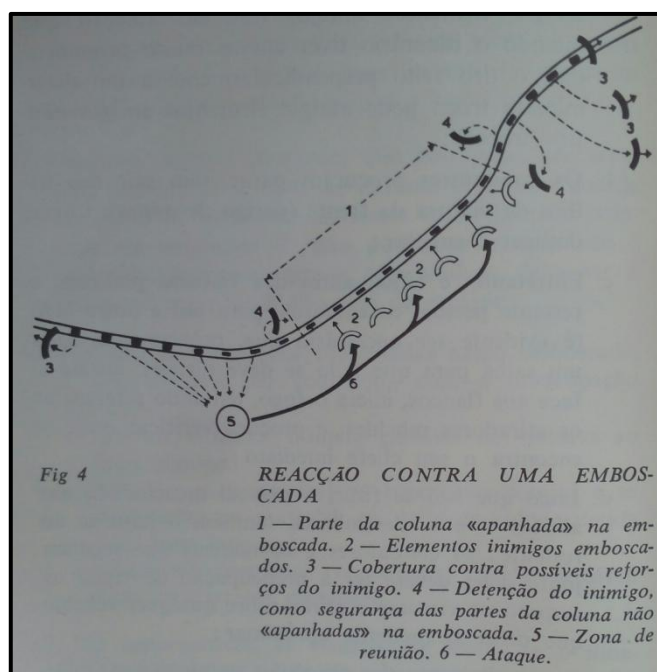


Figura 8 - Reação contra uma Emboscada a uma coluna de viaturas

Fonte: (EME, 1963)

No que concerne às formas de operações ofensivas, destacam-se as ações de limpeza de uma zona, o golpe de mão, a emboscada e por fim o patrulhamento que não sendo uma



operação ofensiva propriamente dita tem como objetivo obter informações e localizar a ameaça. As ações de limpeza de uma zona são definidas como uma operação cuja finalidade é expulsar, aprisionar ou aniquilar toda a ameaça e as suas instalações que englobam as operações de cerco e de batida (EME, 1963).

As operações de batida (Figura 9) são operações de limpeza de uma zona previamente delimitada onde se sabe da existência de ameaça, com a finalidade de capturar pessoal e/ou material, de flagelar elementos da ameaça ou de intimidar/controlar elementos da população. Estas operações eram conduzidas nas modalidades de linha ou coluna, sendo a modalidade da batida em linha a mais usada, as forças empregues nesta operação articulavam-se em comando, unidades de batida, grupos de detenção e perseguição, elementos de reserva e de apoio. Nesta operação as forças progrediam linearmente e manobravam de forma, a que houvesse sempre sobreposição de setores de tiro. A parte da ameaça que retirasse era perseguida pelas forças pré-posicionadas, os quais seriam apoiados, sempre que possível, por unidades aeromóveis e/ou aerotransportadas (EME, 1963).

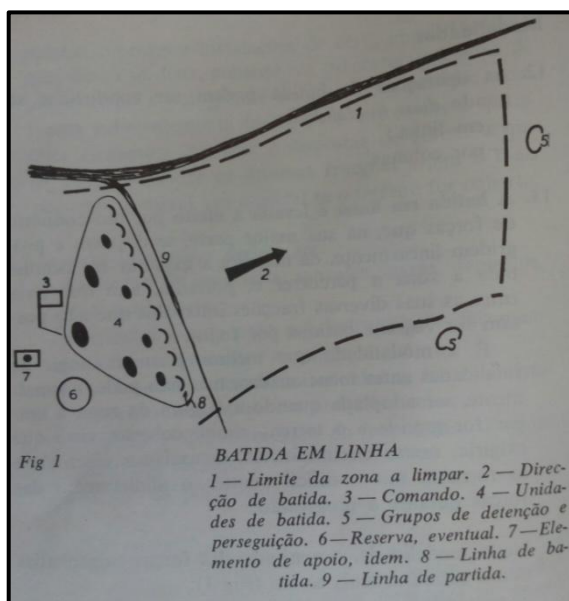


Figura 9 - Batida em Linha

Fonte: (EME, 1963)

Este tipo de operações poderiam ser utilizadas como complemento de outras operações como por exemplo as operações de cerco.

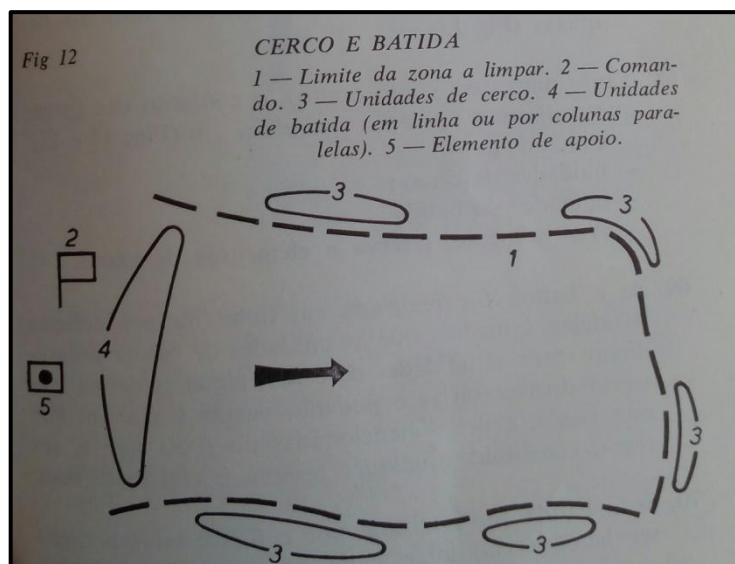


Figura 10 - Cerco e Batida em Linha
Fonte: (EME, 1963)

Já as operações de cerco (Figura 11) são ações de limpeza a uma zona previamente delimitada, onde são dispostas forças de forma a impedir que a ameaça possa escapar ou ser apoiada do exterior dessa zona. O cerco desenvolvia-se segundo duas ações distintas, o cerco da zona a limpar e o cerco com atuação no interior da zona cercada, podendo ser simples ou duplo, contínuo ou descontínuo e linear ou em profundidade. Nos dois tipos de ações, as forças no terreno manobravam de modo a conseguir uma posição de vantagem para destruir a ameaça. À semelhança das operações de batida, também aqui havia a possibilidade de se dar início a uma perseguição e de as forças dispostas no cerco serem apoiadas por unidades aeromóveis e/ou aerotransportadas (EME, 1963).

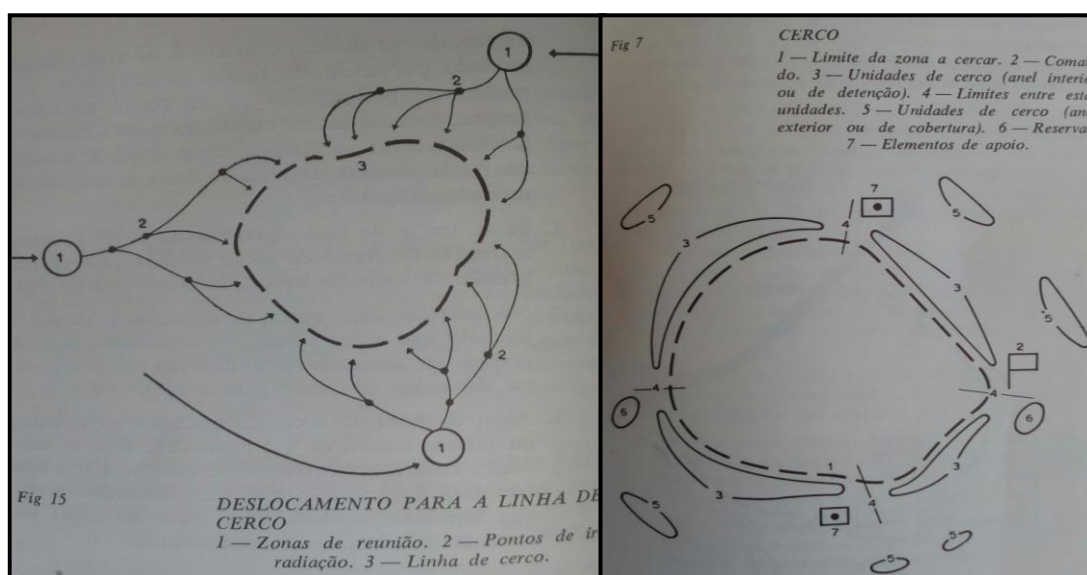


Figura 11 - Deslocamento para ocupação de um cerco e dispositivo de um cerco
Fonte: (EME, 1963)



O golpe de mão (Figura 12), sendo uma operação ofensiva tinha como principal princípio a surpresa e caracterizava-se por um deslocamento efetuado no maior segredo até às proximidades do objetivo e num ataque fulminante. Tinha como finalidades o aniquilamento ou captura de elementos chaves, destruição de instalações da ameaça e recolha de informação. Por norma, para ser efetuado um golpe de mão manobrava-se com a seguinte articulação, comando, grupo de assalto, grupos de detenção, grupos de cobertura, grupo de recolha, grupo de perseguição e a reserva (EME, 1963).

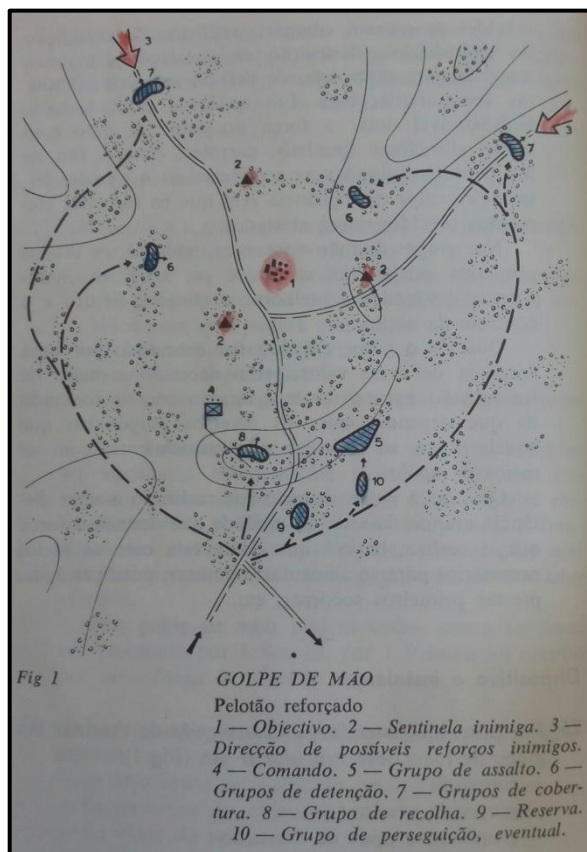


Figura 12 - Golpe de Mão
Fonte: (EME, 1963)

Por fim as emboscadas (Figura 13), também elas realizadas com base no princípio da surpresa sobre a ameaça, consistiam na instalação dissimulada de um dispositivo adequado, num determinado local escolhido, onde se detém e ataca a ameaça. A “zona de morte” tinha como finalidade aniquilar elementos rebeldes, impedir o livre movimento e colher informações ou simplesmente criar danos. Para cumprir estas finalidades, as forças articulavam-se pelo comando, grupos de detenção, grupos de vigilância, grupo de assalto, grupos de cobertura, grupo de recolha e reserva (EME, 1963).

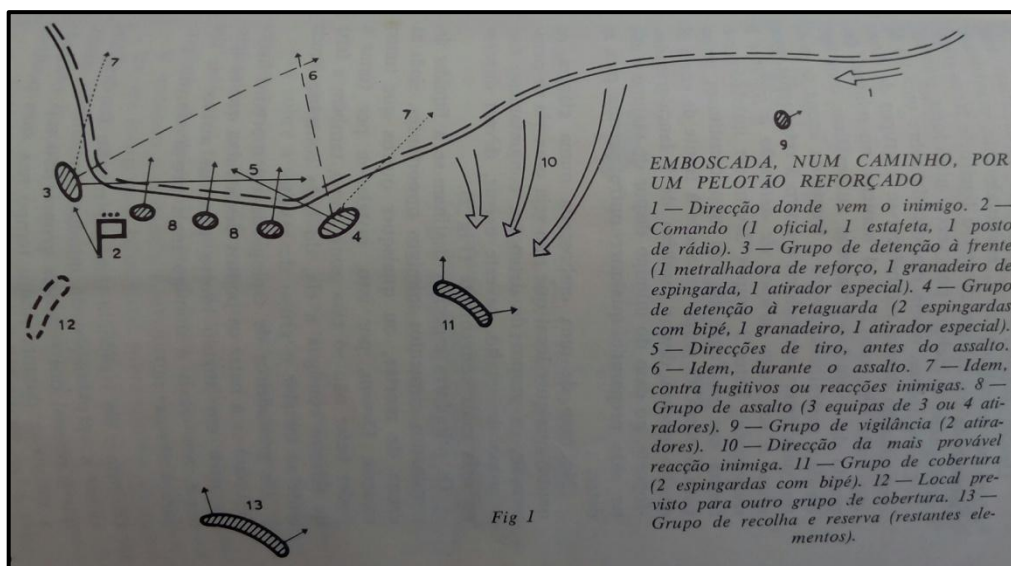


Figura 13 - Emboscada num caminho

Fonte: (EME, 1963)

Ainda no que concerne à função de combate Movimento e Manobra, salienta-se o papel da engenharia no apoio à tarefa de mobilidade e contramobilidade. Nesta tarefa, a engenharia teve um papel preponderante no que diz respeito à desobstrução, reparação, melhoramento, construção e conservação de vias de comunicação (EME, 1963).

4.2. Caracterização das tarefas do Movimento e Manobra

No âmbito da análise e compreensão da função de combate Movimento e Manobra na campanha militar, e de acordo modelo de análise definido no capítulo 1, enquadram-se de seguida os indicadores identificados nas respetivas dimensões definidas.

4.2.1. Projeção de Forças e Ocupação de Zonas de Reunião

No que concerne à tarefa da projeção de forças e ocupação de zonas de reunião, e no indicador projeção estratégia, verificou-se que na projeção Portugal – Moçambique foi feita essencialmente por via marítima, sendo uma pequena parte feita via aérea. Já no TO de Moçambique, as forças eram projetadas para as zonas de operação recorrendo aos meios orgânicos terrestres, que por vezes se mostravam escassos, e aos meios aéreos disponíveis no TO. Já a ocupação de uma zona de reunião ou base de assalto era feito com recurso a viaturas ou apeados através de deslocamentos táticos, como se pode constatar no descrito supra sobre as operações defensivas e ofensivas (Figura 6, 7 e 10).



4.2.2. Manobra e Movimentos Táticos

Nas tarefas manobra e movimentos táticos, e de acordo com as suas definições e guias utilizados na época, verifica-se que todos os indicadores levantados para esta dimensão se atestam, não só nas operações defensivas como também nas operações ofensivas. Contudo, face aos exemplos elencados (Figura 6, 11, 12 e 13) realça-se a exploração do terreno para facilitar o movimento tático das forças, as patrulhas de combate, a condução de escoltas e a condução de uma marcha para o contato.

4.2.3. Fogo Direto e Obscurecimento do campo de batalha através do emprego de fumos

A execução de fogos diretos sobre o inimigo foi uma das ações conduzidas nas diversas operações, da mesma forma o recurso a fumos de ocultação e obscurecimento do campo de batalha foram empregues para criar vantagem às nossas forças nas diversas operações defensivas e ofensivas desenvolvidas no TO de Moçambique (Figura 6, 8 e 13).

4.2.4. Mobilidade e Contramobilidade

No que concerne, à tarefa da mobilidade e contramobilidade, constata-se que de facto, esta existia no TO e que era garantida pela Engenharia, pelo que os indicadores levantados, nomeadamente o de empregar unidades de Engenharia e da transposição de obstáculos eram de extrema importância e frequentemente empregues no apoio à manobra.

4.2.5. Pesquisa de Informação

Da análise anteriormente efetuada constatou-se que nas ações de patrulhamento, nomeadamente as Patrulhas de Vigilância (Figura 7), tinham como objetivos obter informações e localizar a ameaça, tarefa igualmente associada às unidades com a função de quadrícula. Por outro lado, o próprio golpe de mão, apresentava entre outras finalidades, a de recolha de informação. Também como se observa na Figura 2 (capítulo 2) mantiveram-se no TO três esquadrões de reconhecimento durante toda campanha o que permite também perceber a importância desta tipologia de unidade, contribuindo para a tarefa da pesquisa de informação.



5. Operação “Nó Górdio” – Análise do Movimento e Manobra

“Derrotar o inimigo em cem batalhas não é a excelência suprema; a excelência suprema consiste em vencer o inimigo sem ser preciso lutar”

Sun Tzu

Neste capítulo, pretendeu-se analisar a manobra tática empregue na operação “Nó Górdio”, para se tentar perceber da aplicação da função de combate Movimento e Manobra no decorrer da operação, enquadrando as diferentes tarefas e ações executadas nas dimensões do modelo de análise definido.

5.1. Descrição geral da operação

A zona de Cabo Delgado, primeiro apenas na área de etnia Maconde no noroeste da província e, depois, mais a sul, também na dos Macuas-Lomués, foi sempre a mais ativa e mais hostil, obrigando à implementação de um denso dispositivo militar e ao desenvolvimento de significativas operações ofensivas que atingiram em 1970 o seu ponto máximo na operação que foi designada por “Nó Górdio” e na qual se empenharam grandes efetivos e meios (Bacelar, 2000, p. 116).

Esta operação decorreu entre 1 de julho e 2 de agosto de 1970 no setor B (Figura 14), onde se integrava o “Planalto dos Macondes”, na região de Cabo Delgado no norte do território de Moçambique. Foi a maior operação militar da Guerra Colonial Portuguesa, e foi lançada sob ordens de Kaúlza de Arriaga⁵, e executada pelo Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI)⁶. No início da operação, “o Comandante-Chefe e o seu Estado-Maior encontravam-se em Mueda, tendo participado na operação mais de 8000 homens, que representava cerca de 40 por cento dos efetivos das tropas de combate no território (22000), uma concentração que esgotou as reservas disponíveis, pois empenhou a totalidade das unidades de forças especiais (comandos, pára-quedistas e fuzileiros) e os grupos especiais, recém criados, mais a quase totalidade da artilharia de campanha, unidades de reconhecimento e de engenharia” (Afonso & Gomes, 1998).

⁵ General Comandante-Chefe das FFAA Portuguesas.

⁶ O Comando Operacional das Forças de Intervenção (COFI) foi criado em novembro de 1969 para o emprego conjunto de forças do Exército, Marinha e Força Aérea em missões de grande envergadura, em situações de emergência e em operações especiais (Associação 25 de Abril, s.d.).

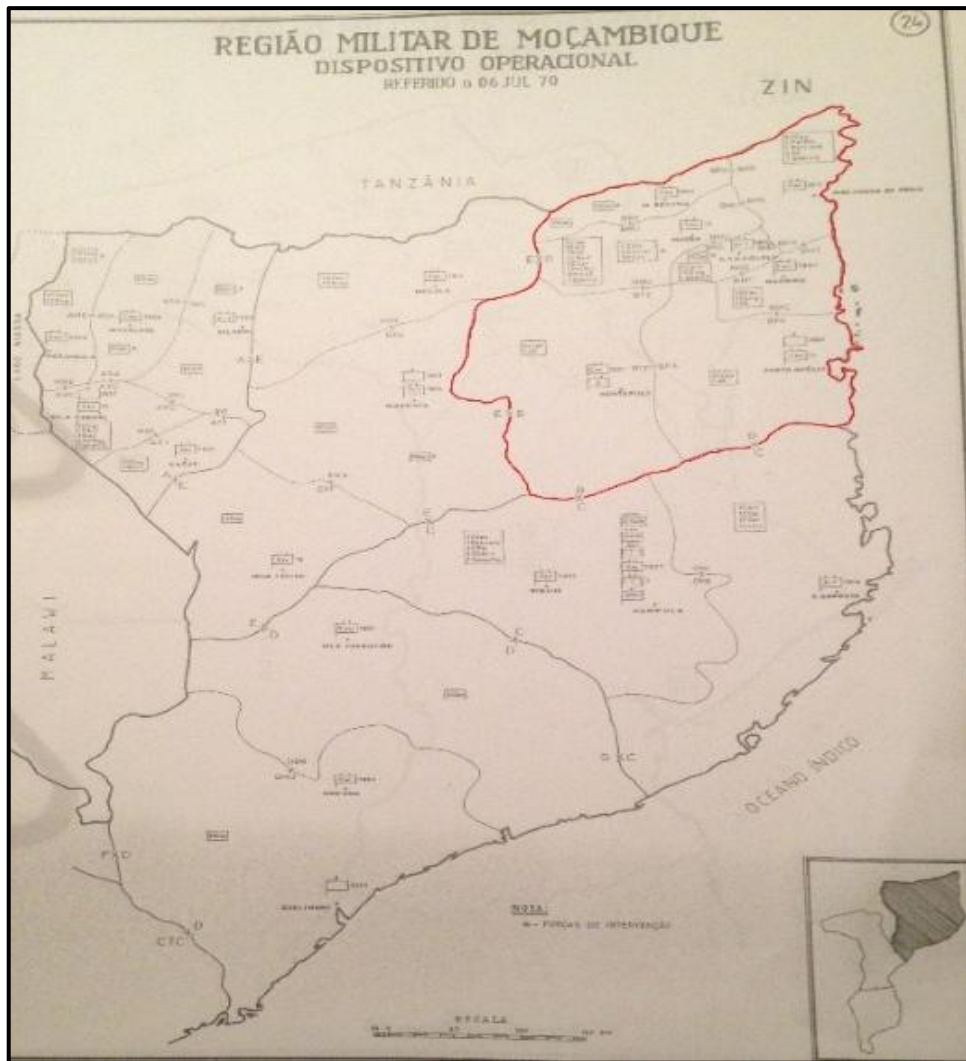


Figura 14 - Dispositivo Operacional de Moçambique referido a 06Jul70

Fonte: (Bacelar, 2000)

No que diz respeito às forças empenhadas (Figura 14) foram constituídos agrupamentos de cerco e agrupamentos de interior em que os primeiros tiveram por base os comandos de dois batalhões de Artilharia a que foram atribuídas as companhias desses mesmos batalhões e os segundos por elementos do batalhão de Comandos, do batalhão de Para-quedistas e de Fuzileiros a que foram atribuídas, respetivamente as companhias de Comandos, companhias de Pára-quedistas e destacamentos de Fuzileiros (Ver Anexo A - Composição e Articulação das Forças).



COMANDO OPERACIONAL DAS FORÇAS DE INTERVENÇÃO (COFI)	
Comandos Operacionais	7
Companhias de Caçadores	7
Companhias de Artilharia	4
Companhias de Cavalaria	3
Destacamentos de Fuzileiros	2
Companhias de Comandos	5
Companhias de Para-quedistas	4
Grupos Especiais	3
Esquadrões de Reconhecimento	2
Companhias de Morteiros Médios	2
Baterias de Artilharia de Campanha	3
Companhias de Engenharia	2

Figura 15 - Forças empenhadas durante a Operação “Nó Górdio”
Fonte: Autores com dados de (COFI, 1970)

Para esta operação uma das companhias de morteiros médios atribuiu os seus pelotões aos agrupamentos de assalto e o COFI tinha sob o seu comando, meios de apoio aéreo (14 aviões e 7 helicópteros⁷).

A missão da operação “Nó Górdio” era a seguinte: “O COFI planeia e executa o cerco e ataque ao “NÚCLEO CENTRAL” IN, prevê a exploração do sucesso fora da zona de ação atribuída, em coordenação com o comandante do setor B, nomeadamente sob as regiões de Ba “BEIRA”, LU’GURI e BA “LURIO” e continua a garantir a segurança próxima e imediata de MUEDA e do seu aeródromo” (COFI, 1970).

A operação tinha como objetivos gerais:

- Destroçar o Inimigo que armado, pretendia dominar a região;
- Libertar as populações escravizadas;
- Restabelecer a ordem e a paz (COFI, 1972, p. 3)

⁷ Aviões: 3 DO-27 para reconhecimento, transporte e posto de comando; 4 T-6 para reconhecimento, bombardeamento a ataque ao solo; 4 FIAT G-91 para bombardeamento e ataque ao solo; 1 DC-3 (C-47) para transporte e ação psicológica; 2 Noratlas para transporte.

Helicópteros: 7 Alouette III para heliassaltos, transporte de manobra e evacuação sanitária (Gomes, 2009).



O conceito da operação assentava num “cerco e batida com grandes meios, prevendo o isolamento da área do núcleo central do planalto dos Macondes, onde se encontravam as grandes bases Gungunhana, Moçambique e Nampula (Figura 16 e Figura 17), através de um cerco ao longo dos itinerários MUEDA – SAGAL – MUIDUMBE – NANGOLOLO – MITEDA – MUEDA, com a extensão de 140 quilómetros e, após conseguido o isolamento da área, o assalto e destruição dos principais objetivos do núcleo central: objetivo A – base de artilharia Gungunhana; objetivo B – base provincial Moçambique; objetivo C – base de artilharia Nampula. A manobra seria apoiada no terreno com fogos de artilharia e de aviação, em ações de flagelação e de concentração sobre os objetivos” (Afonso & Gomes, 1998).

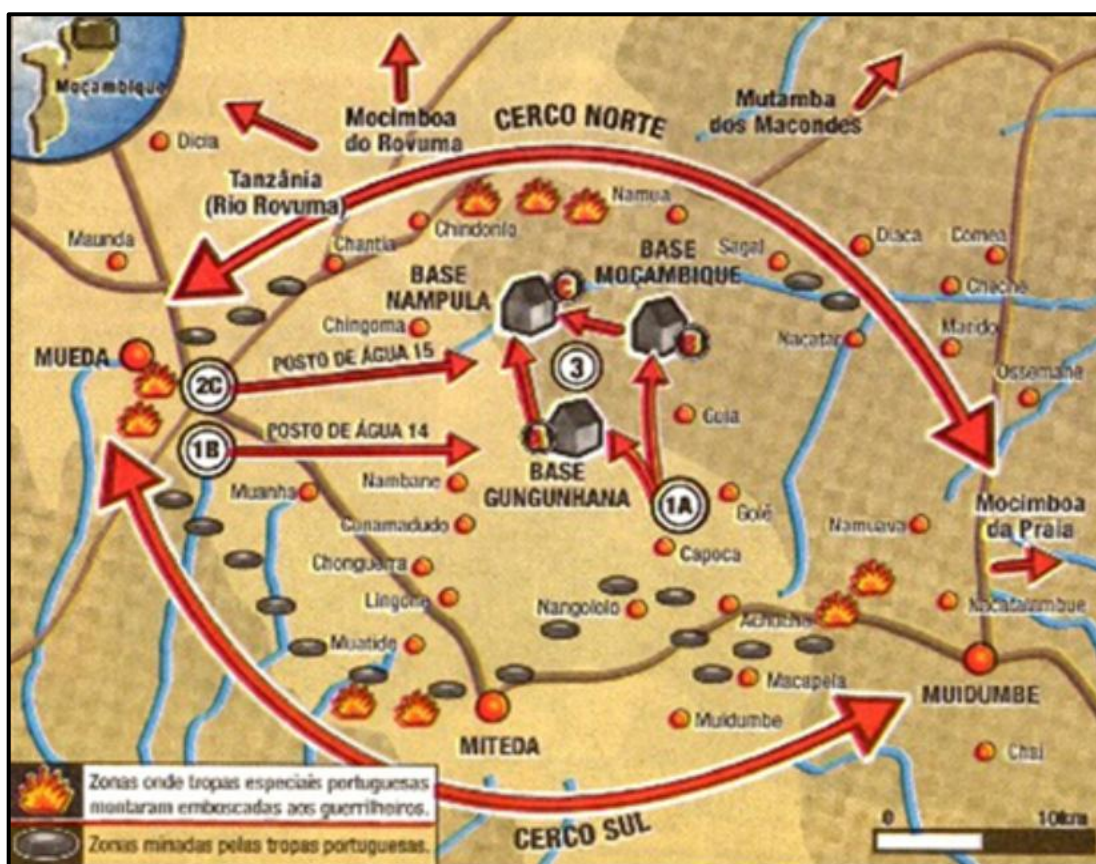


Figura 16 - Operação “Nó Górdio”

Fonte: (Afonso & Gomes, 1998)

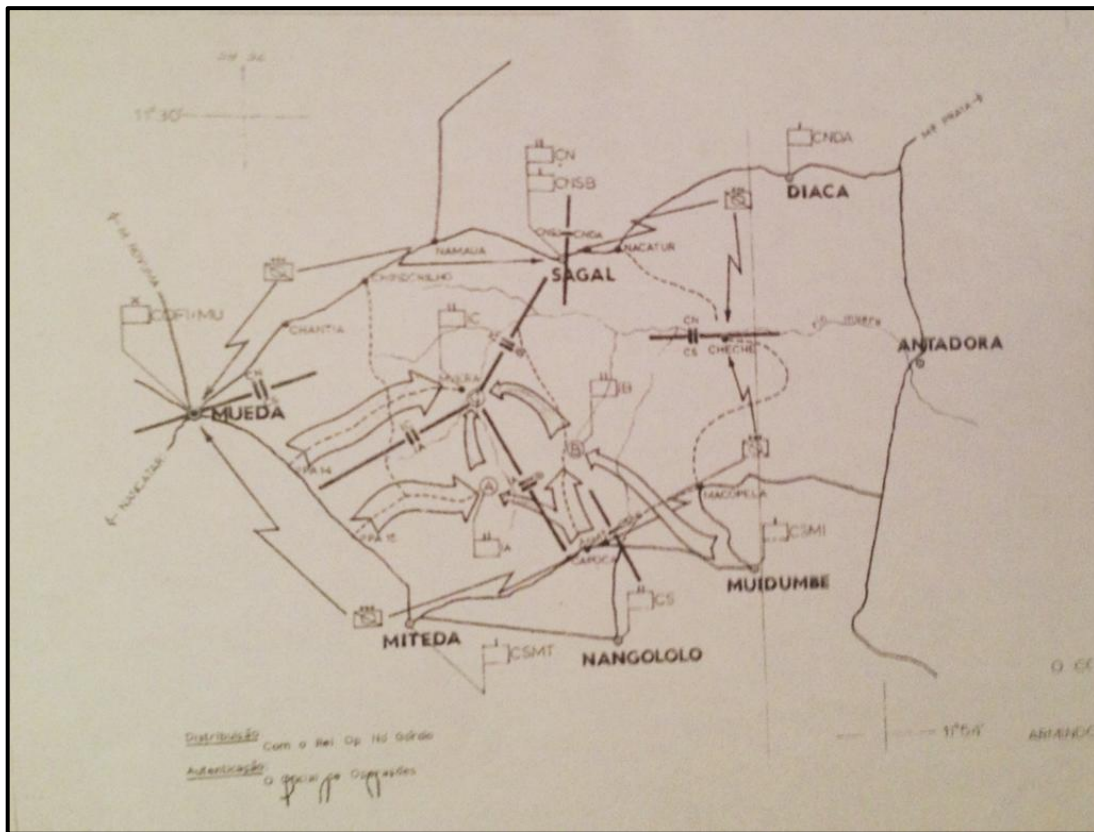


Figura 17 - Transparente de Operações da “Operação Nó Górdio”

Fonte: (COFI, 1970)

5.2. Caracterização das tarefas do Movimento e Manobra

Seguidamente recorre-se novamente ao modelo de análise, tal como efetuado no capítulo anterior, para tentar identificar os indicadores nele definidos no caso concreto da operação “Nó Górdio”.

5.2.1. Projeção de Forças e Ocupação de Zonas de Reunião

Relativamente à projeção de forças e ocupação de zonas de reunião, “a chegada a MUEDA das unidades a empenhar na operação “Nó Górdio” iniciou-se em 20 de maio com a vinda da 23ª Companhia de Comandos (CCmd), e prolongou-se por todo o mês de junho, durante o qual foram presentes quase todas as unidades a empenhar. Dificuldades de transporte atrasaram alguns movimentos, como aconteceu com os Grupos de Combate (GComb) das companhias de XITOLO e de NAMBUDE, os quais só chegaram a MUEDA depois de a operação ter sido iniciada (em 1 julho)” (COFI, 1972).

Algumas outras unidades tinham recentemente chegado à Metrópole. Os Grupos Especiais acabavam, praticamente, de ser organizados e era esta a primeira vez que iam



atuar integrados nas unidades regulares. Com a excelente colaboração do BCaç 15, foi possível resolver os inúmeros problemas de instalação e apoio surgidos em MUEDA durante a fase de concentração das unidades (COFI, 1972).

5.2.2. Manobra e Movimentos Táticos

O dispositivo inicial para a operação foi sendo implementado de forma progressiva, à medida que as disponibilidades de meios (em especial viaturas) e de forças (algumas das quais chegaram a MUEDA na véspera do início da operação) iam tornando-se exequíveis. Em 3 de junho, parte das forças que haviam de ser atribuídas ao AGR/CN deslocaram-se para a sua área, indo tomar parte da operação “LINHA CURVA”⁸. As forças atribuídas ao AGR/CS só puderam ser deslocadas a partir de 14 de junho, devido à escassez de viaturas, ao empenhamento de alguns meios pelo comandante do setor B (operações “Doninha” e “Dureza”). O aproveitamento das viaturas civis, chegadas a MUEDA em 22 de junho foi de grande utilidade para a montagem deste dispositivo, resolvendo momentaneamente, o problema da escassez de viaturas militares. Em 28 de junho, regressada a MUEDA a coluna de rendição que se deslocara a MPRAIA, foi possível dispor de viaturas militares e efetuar o ajustamento final do dispositivo, após o que ficariam preenchidas as condições para se dar início à operação (COFI, 1972).

Segundo o conceito de operação, “constituindo agrupamentos de forças, criar condições de aproximação dos objetivos do “NÚCLEO CENTRAL” e atuar sobre eles a fim de eliminar os complexos militares e político-administrativos Inimigos na área e garantir a sua posse em permanência” (COFI, 1970).

Os ataques aos objetivos A e B foram executados pelos agrupamentos IA e IB e foram conjugados com a abertura de picadas, montagem de emboscadas e flagelação, pela Artilharia, das áreas adjacentes aos objetivos.

Em 1 de julho, o Agr IA iniciou a progressão para a região de CHONGUERA e o Agr IB de NANGOLOLO para o objetivo B (base Moçambique) com o apoio da Engenharia na abertura da picada desde Capoca até Gole, local previsto para desencadear o assalto. Em 04 de julho o Agr IA chegou à base de ataque, a 2 Km do objetivo (base Gungunhana) e em 5 julho realizou-se a primeira tentativa de assalto à base Gungunhana,

⁸ A operação “LINHA CURVA” consistiu na abertura de uma picada entre NACATUR e RMUERA, por forma a possibilitar o estabelecimento do Cerco ao NÚCLEO CENTRAL, permitindo a ligação, no RMUERA, entre as forças do AGR/CN e AGR/CS (COFI, 1972).



que não se encontrava na localização prevista. Por fim em 6 de julho, a base Gungunhana (objetivo A) foi assaltada que fora abandonada recentemente. Estava localizada na encosta de uma pequena colina, no interior de mata densa, ocupava a área de 100x500m, dispunha de mais de 100 palhotas, circundadas por uma vala com abrigos contra morteiros e ataques aéreos. Foi assaltada a base Moçambique (objetivo B) pelas forças pára-quedistas e esta era constituída por cerca de 200 palhotas e encontrava-se abandonada á cerca de dois meses (Afonso & Gomes, 1998).

Tal como nos objetivos A e B, o conceito de para este objetivo era idêntico. Em 12 de julho, o Agr IC iniciou o deslocamento de MUEDA para o objetivo C, apoiado por um destacamento de Engenharia para abrir a picada tática até à base de ataque. O assalto realizou-se a 15 de julho e a base era composta por cerca de 50 palhotas, à semelhança do que já acontecera com as outras, estava também abandonada há dois meses (Afonso & Gomes, 1998).

5.2.3. Mobilidade e Contramobilidade

Os dois meses que antecederam o início da grande operação foram marcados por um conjunto de operações com a finalidade de obter liberdade de movimentos nos itinerários a partir de MUEDA, preparar itinerários táticos, ampliar as pistas de aviação de MUEDA e NANGOLOLO e garantir a segurança próxima a MUEDA. Estas operações foram da responsabilidade das companhias de Engenharia, articuladas em destacamentos, integrados nos agrupamentos de interior, que abriram assim as picadas táticas e garantiram a mobilidade às ações de batida a executar pelas respetivas forças.

A Engenharia apoiou a mobilidade tática e logística das unidades em toda a operação, executando a abertura de itinerários em proveito das ações de cerco, a abertura de itinerários em apoio aos ataques aos objetivos A, B e C e o prolongamento das picadas táticas nas zonas de ação dos Agrupamentos de Interior, em proveito das ações de batida a executar pelas unidades.



5.2.4. Fogo Direto e Obscurecimento do campo de batalha através do emprego de fumos

As emboscadas montadas durante as operações de cerco, que permitiriam flagelar as forças inimigas com fogo direto, foram rapidamente descobertas pelos guerrilheiros, que facilmente as evitavam.

Os ataques aos objetivos A, B e C permitiriam a destruição dos principais objetivos do núcleo central com grande poder de fogo direto e emprego de fumos, o que não acabou por acontecer devido às bases terem sido encontradas desertas pelas nossas forças.

5.2.5. Pesquisa de Informação

Os dois esquadrões de reconhecimento (ERec1 e ERec2) empenhados na operação, estavam a operar nas operações de cerco (Agrupamento CS e Agrupamento CN) com a missão de executar patrulhas de vigilância ao longo dos 140 Km de perímetro, por forma a obter informações sobre o dispositivo e localização da ameaça, de modo a apoiar a decisão do comandante na conduta da operação.



Conclusões

De acordo com Afonso & Gomes (2000, p. 14) “os movimentos de libertação regeram-se, nos aspetos político-administrativos para a insurreição, pela doutrina soviética da criação de um país ou zona “santuário”, no qual se instalam os órgãos de apoio e, nos aspetos militares, pelos princípios que têm a sua origem no clássico “*A Arte da Guerra*”, de *Sun Tsu*, que foram aplicados com sucesso por *Mao Tsé Tung* e pelo general vietnamita *Vo Nguyen Giap*, e que podem ser resumidos em quatro máximas:

1 - Quando o inimigo avança, nós retiramos! 2 - Quando o inimigo faz alto, nós flagelamos! 3 - Quando o inimigo tenta evitar a batalha, nós atacamos! 4 - Quando o inimigo retira, nós perseguimos!”

Perante esta tipologia de adversário, verificou-se uma alteração ao paradigma das lutas entre forças regulares, e o Exército Português adaptou-se. Para tal desenvolveu-se doutrina, criaram-se diferentes estruturas, implementaram-se técnicas, táticas e procedimentos adequados e geraram-se forças adaptadas a este tipo de ameaça existente no TO de Moçambique. Como foi possível constatar no segundo e terceiro capítulo, foram organizados os BCaç, foram rentabilizadas todas as tropas existentes, nomeadamente tropas de artilharia e cavalaria que atuavam todas como infantaria para desempenhar as designadas “missões de quadrícula”. Também, ao nível tático, pode-se afirmar que a companhia era a unidade de manobra central na condução das operações. Verificou-se que a diversidade de situações possíveis, aconselhava a não estabelecer uma constituição fixa senão para as unidades de mais baixo escalão: a companhia e, em certos casos, o batalhão, ou equivalentes. Os agrupamentos de forças maiores, com elementos de uma só Arma ou de várias Armas e Serviços, tinham a composição que a situação, a missão que lhes tivesse sido atribuída e as dimensões dos seus setores o exigissem (EME, 1963). Posteriormente, pela análise específica da função de combate Movimento de Manobra efetuada no quarto capítulo, permite concluir que muito embora a função de combate seja uma conceção recente, grande parte das tarefas que dela fazem parte integrante foram desenvolvidas no TO de Moçambique entre 1964 e 1975. Da observação dos manuais (guias) utilizados como referência à época, constatou-se que a função de combate era aplicada nas operações de cariz defensivo e ofensivo e que Portugal procurou em todos os momentos testar, adaptar e consolidar a teoria com a realidade existente no TO. Finalmente, no último capítulo do trabalho foi estudada, a operação de grande envergadura ocorrida em 1970 designada por “Nó Górdio”, tentando-se enquadrar as ações aí desenvolvidas nas diferentes tarefas da função de combate Movimento e Manobra, que personalizam as diferentes



dimensões definidas para modelo de análise do objeto de estudo. Assim, verificou-se que a tarefa de Projeção de Forças ficou bem evidenciada com o emprego de tropas especiais (Comandos, Pára-quedistas e Fuzileiros) nomeadamente ao se referir os problemas de transporte mas, também para todas as restantes tarefas foi possível encontrar ações, perfeitamente enquadráveis nas tarefas da conceção atual da função de combate em estudo. De realçar também o apoio da Engenharia à manobra dos agrupamentos do interior, com a abertura de picadas táticas no âmbito da tarefa de mobilidade, o que permitiu o deslocamento sem elevado esforço e com relativa segurança.

As conclusões apresentadas resultam do processo metodológico percorrido, o qual partiu da clarificação do problema de investigação através da revisão bibliográfica inicial, seguindo-se a análise dos manuais doutrinários no que concerne à extrapolação das táticas, técnicas e procedimentos à época para a doutrina atual das Funções de Combate. Posteriormente foi escolhida a maior operação realizada naquele TO para um estudo mais aprofundado, onde foi concretamente analisada a respetiva ordem de operações, para se poder constatar as evidências que resultaram da revisão bibliográfica e da doutrina. Deste modo, a questão de investigação inicialmente formulada – *“De que forma se aplicava o conceito subjacente à atual função de combate Movimento e Manobra no Teatro de Operações de Moçambique no período de 1964 a 1975?”* – ficou globalmente respondida.

Pode pois concluir-se que a função de combate Movimento e Manobra na Campanha Militar do TO de Moçambique (1964-1975) foi efetivamente aplicada, embora desenraizada da sua conceção atual, tendo sido desencadeadas ações para a movimentação de forças a fim de alcançar uma posição de vantagem relativamente ao inimigo.

Como limitações ao estudo refere-se que este resulta genericamente da consulta de bibliografia, em detrimento de fontes primárias. O recurso a entrevistas, embora inicialmente previsto não foi realizado, tendo em conta a distância temporal que medeia até à época, denota-se cada vez mais dificuldade em entrevistar militares que cumpriram comissões de serviço no TO e inferiu-se que o seu testemunho pouco traria a acrescentar às várias e excelentes obras que tem vindo a ser publicadas sobre esta temática.

Como recomendação para investigação a desenvolver futuramente propõe-se a análise, caso a caso, das principais operações desenvolvidas naquele TO observando-as com a “lupa” da atual função de combate Movimento e Manobra, o que permitirá melhor compreender a problemática em questão.



Bibliografia

Afonso, A. & Gomes, C., 1998. *Guerra Colonial, Angola – Guiné – Moçambique*. Lisboa: Diário de Notícias .

Afonso, A. & Gomes, C. d. M., 2000. *Guerra Colonial*. 2ª ed. s.l.:Editorial Notícias.

Afonso, A. & Gomes, C. M., 2001. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Noticias.

Antunes, C. et al., 2002. *Contributos para o emprego do batalhão de infantaria na luta contra-subversiva actual*. [Online]

Disponível em: http://triplov.com/miguel_garcia/cpos/cpos_02.html

[Acedido em 24 03 2016].

Associação 25 de Abril, s.d. *Caçadores*. [Online]

Disponível em: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=152>

[Acedido em 04 03 2016].

Associação 25 de Abril, s.d. *Operação Nó Górdio*. [Online]

Available at: <http://www.guerracolonial.org/index.php?content=407>

[Acedido em 23 03 2016].

Bacelar, S., 2000. *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Barata, M. T. & Teixeira, N. S., 2004. *Nova história militar de Portugal - Volume 4*. 1ª ed. Casais de Mem Martins: Circulo de Leitores.

Borges de Aguiar, P., 2015. *A Função de Combate Movimento e Manobra na realização de um ataque no ambiente urbano: uma análise segundo o Fator da Decisão Considerações Civis*. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro.

Borges, J., Pereira, R., Baldaia, S. & Vieira, E., 2015. *O movimento e manobra na campanha militar do Teatro de Operações de Angola (1961-1974) - Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS Ex A/S 2014/2015*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

COFI, 1970. *Ordem de Operações N° 02/70 – Operação “Nó Górdio”*, Mueda: s.n.

COFI, 1972. *Relatório de Acção N° 01/72 – Operação “Nó Górdio”*, Nampula: s.n.

Diário do Governo, 1958. Decreto-Lei n° 41559. *Diário do Governo - I Série*, 15 Março.

EME/CECA, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. 1ª Edição ed. Lisboa: EME/CECA.



- EME/CECA, 1989. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) – Dispositivo das nossas forças – Moçambique*. s.l.:s.n.
- EME, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva - Volume II*. 1ª ed. Lisboa: EME.
- Exército dos EUA, 2012. *ADRP 3-0 Unified Land Operations*. Washington, DC: s.n.
- Exército Português, 2012. *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Gomes, C. d. M., 2009. *Moçambique 1970: operação «Nó Górdio»*. Lisboa: s.n.
- Gomes, C. M. S. d. M., 2010. *Teatro de Operações de Moçambique*. Lisboa, Academia Militar - Prefácio - Edição de Livros e Revistas, p. 146.
- IESM, 2016. *Orientações Metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: s.n.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2005. *Manual de investigação em ciências sociais*. 4ª ed. Lisboa: Gradiva.



Anexo A – Composição e Articulação das Forças na Operação “Nó Górdio” (COFI, 1970)

Agrupamentos de Cerco

AGRUPAMENTO CN (Cerco Norte)

TCor Celestino Rodrigues

1^a/BCaç 15

CART 2718

CART 2719

CCav 2399

CCav 2400

2GComb/CCaç 2514

ERec 2

AGRUPAMENTO CS (Cerco Sul)

TCor Silva Pereira

CART 2407

CART 2408

CART 2648

CCav 2398

2GComb/CCaç 2450

2GComb/CCaç 2515

ERec 1

Forças do Interior para o ataque aos Objetivos A e B

AGRUPAMENTO IA (Interior Objetivo A)

Cap "Cmd" Ribeiro de

Oliveira

1^a CCmds

17^a CCmds

18^a CCmds

23^a CCmds

CCaç 2666

CCaç 2730

DFE 11

GE 203

2 PelMort 81

DestEng

AGRUPAMENTO IB (Interior Objetivo B)

TCor "Para" Curada Leitão

1^a/BCP 31

2^a/BCP 31

1^a/BCP 32

2^a/BCP 32

CCaç 2468

CCaç 2665

GE 205

2 PelMort 81

DestEng

AGRUPAMENTO IR (Interior Reserva)

1^o Ten Aragão

21^a CCmds

DFE 5

GE 201

Sob Controle do COFI

Cmd/Art

3 BtrArt 8,8

Cmd/CMort 81

Cmd/1^a CEng



Forças do Interior para o ataque aos Objetivo C

AGRUPAMENTO IC (Interior Objetivo C)

1º Ten Aragão

DFE 5

DFE 11

18ª CCmds

21ª CCmds

2ª/BCP 31

CCaç 2666

GE 201

PelMort 81

DestEng

AGRUPAMENTO IPEA (Interior em Permanência Objetivo A)

Cap "Cmd" Ribeiro de Oliveira

1ª CCmds

17ª CCmds

CCaç 2730

GE 203

PelMort 81

AGRUPAMENTO IPEB (Interior em Permanência Objetivo B)

TCor "Para" Curada Leitão

1ª/BCP 32

2ª/BCP 32

CCaç 2468

CCaç 2665

GE 205

2 PelMort 81

Sob Controle do COFI

Cmd/Art

3 BtrArt 8,8

Cmd/CMort 81

Cmd/1ª CEng

Cmd/CEng 2736

AGRUPAMENTO RN (Reserva Norte)

Cap "Cmd" Belchior

23ª CCmds

AGRUPAMENTO RS (Reserva Sul)

Cap "Para" Martins

1ª/BCP 31



Forças do Interior após o ataque aos Objetivos A, B e C

AGRUPAMENTO PEA (Permanência Objetivo A)

1ª CCmds
17ª CCmds
CCaç 2730
GE 203
PelMort 81

AGRUPAMENTO PEB (Permanência Objetivo B)

1ª/BCP 31
2ª/BCP 32
CCaç 2468
GE 205
2 PelMort 81

AGRUPAMENTO PEC (Permanência Objetivo C)

18ª CCmds
DFE 5
DFE 11
GE 201
2 PelMort 81

AGRUPAMENTO ENGN (Engenharia Norte)

CCaç 2666
DestEng

AGRUPAMENTO ENGS (Engenharia Sul)

CCaç 2665
DestEng

AGRUPAMENTO RNO (Reserva Norte)

21ª CCmds
23ª CCmds

AGRUPAMENTO RNS (Reserva Sul)

2ª/BCP 31
1ª/BCP 32

Sob Controle do COFI

Cmd/Art
3 BtrArt 8,8
Cmd/CMort 81
Cmd/1ª CEng
Cmd/CEng 2736